

SBPC reúne sociedades associadas para debater BNCC e Reforma do Ensino Médio com CNE

JC Notícias n. 5976, 30 de agosto de 2018

Representantes de entidades científicas cobraram do Conselho Nacional de Educação maior participação nas decisões para as propostas referentes ao Ensino Médio (EM) e criticaram o documento enviado pelo MEC ao CNE sobre a BNCC para o EM. Ficou acordado que será elaborado e encaminhado ao CNE um documento com as críticas e sugestões gerais das entidades científicas sobre a BNCC e que as entidades que tiverem propostas específicas as encaminharão também ao Conselho.

A SBPC promoveu uma reunião entre o Conselho Nacional de Educação (CNE) e diversas sociedades científicas em sua sede, em São Paulo, nessa terça-feira (28), para debater a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente ao Ensino Médio e a Lei nº 13.415, de 2017, que instituiu, via medida provisória convertida em lei, a Reforma do Ensino Médio. Estiveram presentes o presidente do CNE, Eduardo Deschamps, e mais quatro de seus membros, inclusive o relator da BNCC do EM, e representantes de cerca de dez sociedades científicas, além da SBPC. As entidades científicas defendem que tanto a Lei quanto a BNCC, a ela ligada, pode limitar muito os direitos de aprendizagem dos jovens, em particular na área das ciências, e o dever do Estado de educar, aprofundando, dessa forma, ainda mais, as desigualdades sociais no País.

A BNCC e a Reforma do Ensino Médio estão profundamente ligadas. A partir da promulgação da Lei, em 2017, o Ministério da Educação (MEC) definiu a sua proposta de Base – que estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica – para o Ensino Fundamental e que foi encaminhada e aprovada posteriormente pelo CNE. No caso do Ensino Médio, em abril deste ano, o MEC enviou sua proposta ao CNE para análise e aprovação. Apesar de no texto de apresentação da BNCC, o então ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmar que Base é “fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira”, a comunidade científica contesta que não foi ouvida adequadamente nas discussões e, mais ainda, que o prazo para os debates não foi suficiente para aprofundar e legitimar um processo tão complexo. Em 15 de março de 2018, em uma reunião com a direção do MEC, as sociedades científicas haviam insistido, sem êxito, na importância da proposta do MEC ser apresentada antes de ser enviada ao CNE e ser debatida com a comunidade científica, as universidades e os professores. Na Reunião Anual da SBPC foi aprovada uma moção solicitando ao CNE que devolvesse a proposta para o MEC para uma discussão mais aprofundada e que também fosse reanalisada a Lei da Reforma do Ensino Médio.

“É necessário reformar, e profundamente, a educação básica no País, em particular a educação em ciências, mas não se pode estabelecer uma reforma para pior. É uma questão seríssima alertarmos o CNE que não estamos satisfeitos com esse documento do MEC. A parte relativa às ciências, em particular, está muito rala e fraca. Não abrimos mão de que essa BNCC seja discutida com mais profundidade e envolvendo setores importantes, como a comunidade científica, as universidades e os professores”, afirmou o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira. Ele ressaltou a importância da reunião e agradeceu a oportunidade de diálogo oferecida pelo CNE às entidades científicas.

A BNCC do Ensino Médio apresenta as diretrizes relativas a 60% de toda a carga horária prevista pela Reforma e estabelece como obrigatórios apenas os componentes Português e Matemática. Disciplinas como História, Geografia, Química, Física, Filosofia e Artes aparecem agrupadas em “áreas do conhecimento”, como Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E para os demais 40% da carga horária, o texto estabelece de forma genérica itinerários formativos, mas

não os conteúdos e práticas. Um ponto importante, e que pode gerar uma exclusão muito grande, é que as escolas não são obrigadas a oferecer todos os itinerários formativos.

Na reunião, o presidente do CNE fez uma apresentação inicial sobre o estágio da discussão no CNE e os procedimentos que o Conselho adota nestes casos. Destacou que o CNE é um órgão de Estado, e não de governo, e que, portanto, sua atuação, seus prazos e ritmos respondem à sua dinâmica interna, ao tempo de amadurecimento e à interação com a sociedade. Ressaltou a importância da reunião com as sociedades científicas para o aprimoramento da proposta e para ajudar o CNE em suas definições e ações posteriores.

Segundo o conselheiro da SBPC e professor da UFMG, Eduardo Mortimer, a proposta da BNCC, que está no CNE, esconde debaixo do tapete o grande problema da falta de professores no ensino médio, principalmente nas áreas de física e química. “Uma vez que as escolas não são mais obrigadas a oferecer todos os itinerários, elas poderão simplesmente optar por não oferecer, por exemplo, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, o que ‘resolve’ o problema da falta de professores nessa área”, comenta. “A Reforma do Ensino Médio é excludente porque não obriga a escola a oferecer todos os percursos formativos. Isso é uma tragédia. A BNCC precisa ser reformulada, com ampla discussão”, defendeu. Outro problema que ele aponta é que quando se solapa disciplinas de uma base, torna-se impraticável criar interdisciplinaridade sem que haja conhecimentos disciplinares.

Por outro lado, para o presidente da SBPC, Ildeu Moreira, a formação científica delineada na BNCC para o EM é rala e insuficiente. “Em todo o texto da BNCC não se encontra valorizada a prática da investigação científica como importante nesta etapa da formação. Além de uma parte conceitual muito frágil e mal posta, as palavras medir, experimentar, investigar, observar, construir e testar modelos, por exemplo, que são questões centrais da formação científica, estão quase inteiramente ausentes. Essa proposta representa o esvaziamento, ainda maior, da prática científica na educação básica brasileira. E, em muitas habilidades propostas, destaca-se apenas a questão complexa do contexto e dos impactos da ciência na sociedade, que é importante, mas que não faz muito sentido se a própria ciência, com seus conteúdos e práticas, for excluída da formação. Como formar um cidadão com pensamento crítico no mundo de hoje se ele não sabe, minimamente, o que é ciência? Ou se se propaga um viés que, em certos momentos, soa como anticientífico?”, questionou.

O representante da Sociedade Brasileira de Física (SBF), Antonio Figueiredo, afirmou que estão de acordo com a obrigatoriedade centrada em português e matemática e destacou os pontos críticos da proposta, segundo a entidade (que tem um grupo de trabalho analisando a BNCC) e que podem ser melhorados: i) não fica claro o conteúdo mínimo preconizado; ii) o documento está muito longo e deve ser mais claro, objetivo e enfatizar mais os conteúdos e ser menos ideológico.

Leila Ribeiro, representando a Sociedade Brasileira de Computação (SBC) ressaltou que a entidade tem debatido e se manifestado intensamente, e enviado documentos ao CNE, sobre a importância da computação estar incluída de forma adequada na BNCC. Ela ressaltou que não se trata apenas de colocar computadores ou internet nas escolas – o que também é importante – mas que a área congrega conhecimentos e habilidades essenciais para o futuro dos jovens do País.

A representante da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (Abrapec), Sandra Selles, defendeu que a retirada das questões sobre identidade sexual e gênero é inaceitável. Segundo ela, a Abrapec não reconhece como suficientes as discussões para a BNCC, pela plataforma do governo, para legitimar esse processo de discussão. “Estamos falando de impactos por gerações. Não é possível pensar na BNCC sem pensar nas questões nacionais, na desigualdade social”, disse.

Claudia Galian, representando a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), disse que para a entidade a BNCC atenta contra direitos constitucionais, pois fragiliza o ensino de várias disciplinas e empobrece o currículo com relação ao aprendizado escolar. Ela leu a nota pública da Anped sobre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio e ressaltou que o processo que levou à elaboração da Base foi nebuloso e pouco participativo, ignorou saberes da escola, dos professores e tomou o desempenho dos alunos nas grandes avaliações com única

premissa. “A escolha de itinerários formativos ser dependente da oferta nas escolas é quase um deboche”, criticou.

A Associação Nacional de História (ANPUH) também já produziu uma série de documentos criticando a BNCC do Ensino Médio e a Reforma desse ciclo, conforme ressaltou a representante da entidade na reunião, Lana Lima. Uma das críticas recai sobre o desaparecimento da disciplina de história na BNCC. “Não nos sentimos contemplados com essa versão da BNCC. Como uma disciplina fundamental para formação do cidadão fica de fora? A questão fundamental a ser debatida é quem é que queremos formar como futuro cidadão desse país? O que essa Base propõe é a formação de uma mão de obra pouco crítica e destinada a trabalhos mais simples, vinculados a interesses de empresas”, argumentou. Conforme apontou Maria Eunice Marcondes, da Sociedade Brasileira de Química (SBQ), a ênfase dada à Língua Portuguesa e à Matemática esvazia os conteúdos das demais disciplinas nas áreas das ciências da natureza e das ciências sociais. “Isso impede o aluno de ter uma visão ampla de mundo e construir um pensamento crítico”, disse, criticando também a pouca participação da comunidade nas discussões sobre a BNCC do Ensino Médio.

Hernandes Carvalho, da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE), acrescentou que os dois componentes obrigatórios, sozinhos, não permitem ao indivíduo uma compreensão sobre si mesmo e sua função na sociedade. “Falar sobre evolução das espécies depende de questões de sexo, de herança, do ser humano inserido na natureza”, defendeu. Para o representante da Sociedade Brasileira de Geologia, Umberto Cordani, ao ignorar as geociências, a educação formal deixa de fora todo sistema Terra. “Grande parte dos problemas ambientais são geológicos. Fora do Brasil, essas questões são consideradas muito importantes para a Educação”, ressaltou. A Sociedade Brasileira de Astronomia (SAB), cujo presidente Reinaldo de Carvalho, não pode estar presente, encaminhou, por intermédio da SBPC, um documento com comentários críticos sobre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio ao presidente do CNE.

Apesar de figurar como obrigatória, a visão da matemática nessa versão da BNCC é um problema grave, segundo o representante da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), Vinícius de Macedo Santos. “Não nos conforta que a matemática seja parte do percurso obrigatório. Queremos uma Base que pense na formação de jovens. Isso faz parte da construção de um País. É pífia e medíocre a posição da BNCC sobre a área de matemática. Essa visão aplicacionista é um problema sério e danoso. Temos que nos perguntar a que serve tudo isso”.

Consensos

Os representantes do CNE presentes à reunião, José Francisco Soares, Joaquim José Soares Neto e Luiz Roberto Liza Curi comentaram as colocações das entidades, e destacaram a importância do debate e que as críticas e sugestões serão levadas em conta pelo Conselho. Eles ressaltaram que o colegiado vem tentando reformular a Base pautando-se nas propostas que vêm sendo encaminhadas, nas discussões feitas durante as audiências públicas, mas reconhecem também que é uma tarefa árdua a de se chegar a um consenso entre o que propõem a sociedade e o governo, uma vez que é o MEC que homologa o documento.

“Sem ouvir as proposições como as que foram colocadas aqui, não temos como avançar muito”, ressaltou José Francisco Soares, conselheiro do CNE, que reafirmou a importância de uma mudança substantiva no Ensino Médio. Luiz Roberto Curi acrescentou que a reflexão sobre a Base fica mais clara quando discutida amplamente e defendeu que deve, sim, haver um acompanhamento mais profundo das questões colocadas.

César Callegari, também do CNE, e que renunciou, no início de julho, ao cargo de presidente da comissão da BNCC no Conselho, reafirmou sua posição de que a Reforma deve ser revogada. “Ela é reducionista de direitos, promove uma exclusão sem precedentes e aprofunda ainda mais as desigualdades no País”. Segundo ele, a Lei e a BNCC estão interligadas e reduzem explicitamente o que pode aprender o jovem do ensino médio. “Temos uma responsabilidade enorme sobre aquilo que será estabelecido para o futuro da educação brasileira. Não temos o direito de errar”, disse. Porém, segundo ele, o CNE não tem possibilidade prática de arrumar o documento. “Isso deve ser feito pelo autor original, que é o MEC”, afirmou.

Quanto à proposta de revogação da Lei que instituiu a Reforma do Ensino Médio, o presidente do CNE, Eduardo Deschamps, acredita que é uma manobra muito arriscada, em particular pelo momento de incerteza política por que passa o País. “A Reforma aponta algumas questões interessantes: ela propõe maior protagonismo do jovem no ensino médio, e maior articulação com a educação profissional. Se zerarmos o jogo da discussão do ensino médio, sem ter certeza de quem estará no governo em 2019, a gente corre o risco de perder o que está em nossas mãos”, disse. Deschamps ressaltou que os pareceres do CNE só terão validade com a homologação do ministro. Isso envolve negociações com a sociedade e com o governo. Precisamos construir consensos externos com essas duas esferas”, explicou. Ele garantiu, no entanto, que enquanto o documento não estiver adequado, ele não será levado adiante. E pediu que as sociedades científicas encaminhem ao CNE suas sugestões.

Ao final do encontro, as sociedades científicas se prontificaram a elaborar em conjunto um documento com os comentários críticos e propostas mais gerais sobre a BNCC do EM para ser encaminhado ao CNE. O texto deverá ficar pronto até o dia 14 de setembro, segundo prazo inicial estipulado pelo CNE para o envio de colaborações, e será amplamente divulgado pela SBPC em seus canais de divulgação. Cada entidade fará, por sua vez, seus comentários e sugestões específicas sobre a BNCC e que poderão ser enviados diretamente ao CNE; eles constarão também da documentação geral a ser compilada sob a coordenação da SBPC.

Daniela Klebis – Jornal da Ciência